

### 3. O SECTOR RURAL

#### 3.1 A Economia Agrária

Angola possui uma área de 1,247 milhão de km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 2003 em cerca de 15 milhões, sendo o segundo maior País da África Sub-Sahariana. O País está dividido em 18 províncias, em que Cabinda está separada das demais por uma saída para o mar, Zaire e o rio Congo (Figura 3.A, Anexo).

O País tem um grande potencial agrosilvopastoril, com uma extensão de terras aráveis que varia de 5 a 8 milhões de hectares, conforme os parâmetros considerados. Os solos são relativamente férteis na região norte e planalto central, onde a precipitação pluviométrica anual normalmente excede os 1000 mm. A exploração pecuária é majoritariamente praticada no sul do País, que tem baixa densidade populacional e precipitação pluviométrica comparadas com as outras regiões. Angola possui uma longa costa marítima e muitos rios, com abundantes recursos pesqueiros, uma extensa área de floresta.

A agricultura apesar de só contribuir com 8% do PIB, é uma actividade fundamental para quase 66% da população do país que vive no meio rural provindo das suas actividades a principal fonte de emprego, abastecimento e renda. Na sua maioria, a população activa trabalha na agricultura e aumenta a uma taxa de 2.2% ao ano (Quadro 3.1).

Quadro 3.1. População Rural, Urbana e Total (1,000)

População	1990	2000	2015	1990-00 (%)	2000-15 (%)
População Rural (mil)	6.931	8.642	11.622	2,2	1,3
População Urbana (mil)	2.639	4.492	9.174	5,2	3,3
População Total (mil)	9.570	13.134	20.795	3,1	2,0
Pop. Rural (% Pop. Total)	72,4	65,8	55,9	-1,0	-0,7

Fonte: FAO( 2002).

Entre as culturas alimentares, a mandioca predomina no norte; enquanto o milho é alimentação básica no planalto central, sendo que o massango e a massambala são mais importantes na região mais seca, no sul do País. A produção animal é muito importante no sul. Antes das guerras, a produção alimentar era abundante e Angola exportava principalmente milho e café.

O comércio rural está a crescer, apesar da fragilidade dos serviços financeiros das infra-estruturas deterioradas e a presença de minas que dificultam o acesso a muitas zonas rurais. Elevados custos de transporte dificultam o comércio agrícola sendo que os comerciantes preferem transaccionar artigos que tem maior valia e procura, tais como produtos industriais de consumo, vestuário, sabão, cigarros, enlatados e outros produtos alimentares processados.

As instituições do Governo foram também bastante afectadas durante a guerra. O pessoal qualificado é reduzido e os meios disponíveis como escritórios e meios de transportes para exercerem as suas actividades são limitados em quase todo o País. Também, as instituições tradicionais foram destruídas ou desestruturadas pela guerra e/ou pelas movimentações das populações deslocadas. As estruturas de base comunitária e as organizações sociais também foram reduzidas.

### 3.2 Os Recursos Naturais

Ao contrário de muitos Países da África Sub-Sahariana, Angola é dotada de excelentes recursos básicos para a produção agrossilvopastoril. As condições agro-climatológicas, são diversificadas, desde o clima tropical húmido nas terras baixas do norte e nordeste até o deserto na costa sudoeste que faz fronteira com a República da Namíbia (Figura 3.B, Anexo). As zonas altas do centro abrangem áreas com adequadas precipitações pulviométricas que variam de 1.500 a 2.000 mm/ano e temperaturas moderadas, solos com fertilidade variada e relativamente elevada densidade populacional. As zonas do litoral, no sudoeste do País são mais secas com quedas pulviométricas variando de 100-1000 mm/ano, onde a irrigação é essencial para a produção agrícola, mas para a qual existem abundantes recursos hídricos (Figura 3.C, Anexo).

O clima é bastante influenciado pela altitude e a localização geográfica: a faixa do litoral é uma região relativamente seca, com a parte sul mais seca do que a parte norte. Geralmente, a temperatura é menor à medida que aumenta a altitude da região. As temperaturas médias da maior parte do País variam os 16-26°C, encontrando-se a região mais fria nas zonas altas e as mais quentes no noroeste. As altitudes começam a aumentar desde a faixa litoral de 200 m até 2,000 m acima do nível das águas do mar, no Planalto Central. A maior parte do território está localizada na faixa dos 1.000 m até 1.500 m de altitude (Figura 3.D, Anexo).

Angola é um País muito rico em recursos hídricos. A quantidade de água superficial existente no País está estimada em quase 4600 m<sup>3</sup>/s, com disponibilidade de quase 12.000 m<sup>3</sup>/habitante/ano. Grande parte dessa disponibilidade hídrica está em regiões elevadas o que pode viabilizar a agricultura irrigada, ainda que, a localização desses recursos hídricos não coincida com as actuais zonas de consumo de água para fins agrícolas e domésticos. Em Angola existem 47 bacias hidrográficas, sendo que a maioria dos rios nasce na parte central do Planalto. Os maiores rios angolanos são: Zambeze, Zaire/Congo, Kwanza, Cuando, Cunene, Cuando/Cuito, dos quais o Zambeze e o Congo estão entre os maiores rios da África (Figura 3.E, Anexo). Vinte e seis rios permanentes desaguam no litoral e outros, menos longos, são importantes para a agricultura de subsistência nas comunidades do litoral. Vários outros rios de Angola, principalmente no sudoeste, são temporários possuindo água somente na época chuvosa. A profundidade das águas subterrâneas varia de 5 a 30 m no litoral e de 10 e 30 m no Planalto Central. Contudo, nas zonas semi-áridas os níveis das águas subterrâneas estão a mais de 200 m de profundidade.

Os solos são muito variáveis (Figura 3.F, Anexo). A parte sudeste do País tem solos derivados das areias do Kalahari onde se pratica pouca agricultura. As formações de granitos e gneisses predominam nas terras altas onde se localizam os mais importantes solos para a agricultura. Nelas predominam os oxisolos com baixo teor de fertilidade, acidez elevada, baixo teor de matéria orgânica e normalmente afectados pela toxicidade do alumínio que demanda o uso de calcário. No entanto, existem vastas áreas de alfisolos e utisolos bastante adequados para agricultura. Os solos ferralíticos e paraferalíticos estão espalhados por vastas áreas que podem ser usadas na agricultura, no Planalto Central e nordeste do País. Os solos arenosos, das planícies do litoral e parte dos solos pré –montanhosos, têm baixa fertilidade, pequena capacidade de retenção de água e estão sujeitos à salinidade.

Existem varios tipos de vegetação (Figura 3.G, Anexo) e grandes áreas de terras aráveis com bom e óptimo potencial agrossilvopastoril. As estimativas variam de 5 a 8 milhões de hectares, conforme os parâmetros utilizados, dos quais somente 1,5 milhões hectares (20 a

30% das terras aráveis) são actualmente cultivados. Existem zonas com grande densidade populacional, para o cultivo de vários grãos no Planalto Central (Bié, Huambo, norte de Huíla e parte de Benguela) e com elevada concentração de pessoas em áreas à volta das cidades. A nível nacional, existe terra em abundância com uma densidade populacional média de 8 pessoas por km<sup>2</sup>. Contudo, face ao sistema extensivo da pecuária e a mudança de hábitos culturais, no futuro poderão ocorrer conflitos pela posse e utilização de terras. Nas regiões norte e leste há relativamente poucas áreas, especialmente capazes de suportar mais populações do que as existentes no passado.

Finalmente as ligações rodo-ferroviárias do País são relativamente extensas (Figura 3.H, Anexo) e cobrem grande parte do território nacional e estão a ser liberadas ao tráfego, conforme indicado na Figura 2.B, Anexo.

### **3.3 Cultivos Tradicionais por Regiões**

Há cinco regiões principais onde se praticam cultivos tradicionais em Angola. Nas regiões húmidas do norte e nordeste predominam os cultivos baseados na mandioca. As hortícolas são cultivadas na época seca com recurso a irrigação ou nas baixas perto dos rios e riachos ou “nacas”. A principal fonte de receitas constitui a venda da mandioca e hortaliças. O arroz de sequeiro é também um cultivo bastante comum nesta região. A preparação do solo é feita manualmente e geralmente não se procede ao uso de fertilizantes e pesticidas, excepto em pequenas quantidades nas hortícolas de regadio. Os pequenos ruminantes constituem importante fonte de proteínas,

Em algumas regiões do planalto central os cultivos principais baseados no café são praticados no nordeste (café robusta) e (café arábica). Nelas os camponeses também cultivam outros produtos alimentares de subsistência, mas sendo o café a cultura de maior rentabilidade económica.

Nas regiões de terras altas predominam os sistemas de produção baseados na cultura de milho. Ali, antes da guerra, muitos camponeses utilizavam a tracção animal na preparação do solo, criavam animais, e muitos aplicavam fertilizantes nos seus cultivos. A prática de hortícolas e milho de regadio era feita nas baixas na época seca. A cultura do milho, em consociação com feijão, mandioca e amendoim, constitui a principal fonte de receitas.

Nas regiões secas do sul predominam as culturas de massango e massambala associadas com a criação tradicional de gado bovino em pastos naturais com transumância em grandes extensões de terras. O gado desta região constituía uma importante fonte de força de trabalho para o Planalto Central onde os rebanhos foram muito reduzidos durante a guerra.

### **3.4 Sistemas de Produção**

Uma síntese dos vários sistemas de produção predominantes no País é indicada no Quadro 3.2, baseado no Documento de Trabalho No. 07 - Sistemas de Produção Agrícola. Basicamente a produção está concentrada nas classes Camponês e Pequeno Produtor. Estima-se que 80% da produção vem desses produtores, 18% do médio produtor e 2% do produtor empresarial.

**Quadro 3.2 – Características dos Sistemas de Produção Predominantes em Angola.**

<b>Camponês</b>	<b>Pequeno Produtor</b>	<b>Médio Produtor</b>	<b>Produtor Empresarial</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de subsistência</li> <li>• Sem tecnologia</li> <li>• Instrumentos manuais</li> <li>• Sementes sem padrão técnico</li> <li>• Baixa densidade de plantio</li> <li>• Mão-obra-obra familiar</li> <li>• Necessitam de ajuda assistencial</li> <li>• Baixíssima produtividade</li> <li>• Não utiliza outros insumos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção com pouco excedente</li> <li>• Uso de pouca tecnologia</li> <li>• Instrumentos manuais + tracção animal</li> <li>• Sementes com ou sem padrão técnico</li> <li>• Baixa produtividade</li> <li>• Eventualmente utilizam outros insumos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção com excedente</li> <li>• Usa várias tecnologias</li> <li>• Uso de tracção animal e mecanização</li> <li>• Sementes preferencialmente melhoradas</li> <li>• Densidade do plantio adequada</li> <li>• Mão-obra-obra familiar + assalariada + eventual</li> <li>• Utilizam outros insumos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção comercial</li> <li>• Razoável uso de tecnologia</li> <li>• Uso de sementes melhoradas</li> <li>• Densidade de plantio adequada</li> <li>• Mão-obra-obra assalariada</li> <li>• Utilizam sempre outros insumos</li> <li>• Adota inovação tecnológica</li> </ul>

Há uma tendência dos agricultores mais pobres utilizarem mais intensamente a consociação de culturas como: mandioca/milho; mandioca/milho/arroz; milho/feijão/mandioca; amendoim/feijão/mandioca. Os agricultores comerciais, usualmente não utilizam a agregação de culturas pois dificulta a mecanização. Quanto à rotação de culturas e práticas conservacionistas como plantio em nível, cordão em contorno, controle de erosão, uso de adubos verdes, ocorre o inverso. Os produtores comerciais praticam essas acções com mais frequência em todas as regiões agroecológicas onde as chuvas são em quantidade adequada ao cultivo de sequeiro. A aplicação de tecnologia depende muito de investimentos, conhecimentos, adaptação de tecnologia e sistema creditício. Assim, somente os produtores que reúnem maior número desses apoios tem condições de realizar agricultura com maior produtividade e retorno financeiro.

### **3.5 Sistemas de Produção por Zonas Agroecológicas**

Os sistemas de produção predominantes por zona agroecológica são indicados no Quadro 3.3.

### **3.6 Culturas Alimentares**

As culturas alimentares são cultivadas na sua maioria por agricultores familiares, com tecnologia tradicional, uso reduzido de insumos agrícolas e baixa produtividade. Também se verifica a reactivação da agricultura comercial em maior escala em algumas regiões do País, conforme dados dos Quadros 3.A a 3.D, Anexo.

**Raízes, Tubérculos, e Cereais.** A mandioca e o milho constituem as principais culturas alimentares em Angola. Em geral são cultivadas pelos camponeses para o seu próprio consumo e venda. A mandioca é geralmente vendida após a transformação (crueira, bombó ou fuba) e o milho é vendido tanto em espiga como grão. As variedades locais de mandioca

**Quadro 3.3 – Sistemas de Produção por Classe de Produtor e Zona Agro-Ecológica.**

<b>Classes Zonas Agroecológicas</b>	<b>Camponês</b>	<b>Pequeno Produtor</b>	<b>Médio Produtor</b>	<b>Produtor Empresarial</b>
<b>Planáltica (Planalto do Congo)</b>	café, mandioca, amendoim e feijão	café, amendoim, milho, feijão e batata doce	Café, mandioca, amendoim, milho, feijão e batata doce	Café, hortifrutícolas, milho e feijão Caprinos, ovinos, suínos e aves.
<b>Planalto Central (região de Bié)</b>	milho, mandioca, feijão e batata doce	milho, feijão, mandioca, batata doce, arroz, trigo e hortifrutícolas	Milho, batata doce, hortifrutícolas, feijão, soja, arroz, trigo e batata.	milho, feijão, batata rena e batata doce amendoim, mandioca, soja e hortifrutícolas Bovinos e caprinos
<b>Baixa Tropical (região de Moxico)</b>	mandioca, milho, batata doce, amendoim, feijão	mandioca, milho, batata doce, amendoim, arroz e feijão	Milho, Massango, arroz, Massambala, batata doce, feijão e hortifrutícolas	Massango, Massambala, milho, arroz, feijão e hortifrutícolas. Bovinos, caprinos e aves.
<b>Baixa Pluviosidade (região do Cunene)</b>	Massango Massambala e milho	Massango, Massambala e hortifrutícolas	Massango, Massambala, hortifrutícolas e trigo	Massango, Massambala e milho Bovinos, caprinos e aves
<b>Orla baixa costeira ( região de Benguela)</b>	milho, batata doce, Massambala, Massango feijão e amendoim	milho, batata doce, Massambala, Massango hortifrutícolas	Milho, banana, batata e hortifrutícolas	milho, feijão, batata doce, Massambala e hortifrutícolas. Bovinos, suínos, ovinos e aves

precisam de 15 a 18 meses até a maturação, apesar da colheita poder ser atrasada até 24 meses. Os rendimentos da mandioca são baixos e em média atingem 8-10 toneladas/ha. As principais causas desta baixa produtividade são a má qualidade das estacas, baixa fertilidade dos solos, doenças e pragas e o inadequado combate as ervas daninhas. Os rendimentos do milho (acima dos 500kg/ha) são também muito baixos devido às consociações, má qualidade da semente, baixos níveis de fertilidade dos solos, ineficiência da fertilização, acidez do solo, épocas de sementeira e práticas culturais inadequadas. As batatas (sobretudo a doce) são cultivadas por todo o País e geralmente consociadas com a mandioca e feijão. Os rendimentos da batata doce variam de 2.500 kg a 4.000 kg por hectare.

**O Massango e a Massambala** constituem importantes culturas no sudeste. De acordo com dados anexos, no ano agrícola de 2002/2003, produziu-se 97.402 ton. destes produtos, com um rendimento médio de 350/Kg/ha.

**Arroz** é uma cultura específica de algumas províncias. No ano agrícola 2000/2003 foi produzido nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul, Huambo e Moxico, em 7.867 ha, com um rendimento médio de 3.520 kg/ha.

**Legumes e hortícolas.** Os legumes, principalmente as variedades de feijão vulgar e feijão macunde, são importantes fontes de proteínas em várias regiões. O amendoim é bastante

popular como fonte de óleo alimentar. As hortícolas são cultivadas, em quase toda extensão do País, sob regadio, nas proximidades das grandes cidades e são importante fonte de receitas. No ano agrícola 2000/03, a média do feijão foi de 220 kg/ha e a do amendoim 390 kg/ha.

Em geral, esses cultivos alimentares são produzidos em pequenas áreas. Uma família média, lavra manualmente o solo com enxadas, cultiva produtos em condições de sequeiro, e utiliza de 2 a 3 hectares. Os períodos de pousio podem ir de 3 a 5 anos, apesar deste período de tempo poder vir a ser mais curto onde há poucas terras aráveis. Em regiões onde há abundância de águas as lavras irrigadas, em média, são de 0,2 hectares por família.

A recuperação das culturas alimentares tem sido relativamente rápida desde a assinatura do acordo de paz de 2002. O potencial agrícola de Angola e o regresso dos pequenos agricultores às zonas de produção agrícola, seguramente irá contribuir para melhorar a situação alimentar, se as condições climáticas o permitirem.

### **3.7 Irrigação Tradicional e Commercial**

Apesar de grande parte da agricultura praticada em Angola ser de sequeiro, a irrigação também contribui na produção alimentar. Antes da independência registou-se um desenvolvimento substancial de irrigação comercial em perímetro irrigados e nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar, banana e hortaliças e de pequenos agricultores tradicionais totalizando cerca de 80.000 ha. Posteriormente, o Governo tentou manter as infra-estruturas de irrigação, mas, gradualmente elas caíram no abandono devido à falta de fundos para manutenção e limitada capacidade institucional. Foram desenvolvidos alguns novos perímetros irrigados que estão em varias fases de desenvolvimento, com menores ou maiores dificuldades operacionais.

Angola dispõe de um capital formidável em recursos naturais de boa qualidade e conta com um potencial de irrigação de 6,7 milhões de hectares, o qual representa uma fonte potencial de produção de alimentos de milhões de toneladas anuais de grão, hortaliças, fruteiras e produtos industriais, que possibilitaria a criação de 6,7 milhões de empregos directos e 13,4 milhões de empregos indirectos.

Também é muito grande o potencial angolano em água nas regiões altas para serem usadas na irrigação por gravidade. O desenvolvimento dessa irrigação em pequena escala deu-se no passado com a construção pelos agricultores de pequenos sistemas de irrigação por gravidade nos vales ao longo dos rios e riachos. Estes sistemas foram responsáveis pela produção de varias culturas alimentares, incluindo batata doce, arroz, milho, hortícolas e frutícolas, irrigadas durante a época seca. Estima-se que antes da independência os sistemas tradicionais de rega ocupavam cerca de 320.000 ha. Estima-se que os sistemas irrigados ocupam aproximadamente 125.000 ha (Documento de Trabalho No. 09) devendo passar por acondicionamento de caracter estrutural e não estrutural para o adequado aproveitamento.

### **3.8 O Comportamento da Produção Agrícola**

No passado, Angola já foi auto-suficiente nas principais culturas alimentares excepto o trigo e exportava a produção excedentária de café, milho, e muitas outras como sisal, banana, tabaco, feijão, açúcar, óleo da palma e arroz. Angola foi o quarto maior produtor mundial de café e terceiro de sisal. Cerca de 159.900 e 218.700 toneladas de café foram exportadas em 1962 e

1973 respectivamente. O milho constituía a segunda maior cultura de exportação, totalizando 11.000 e 12.000 toneladas exportadas naqueles anos.

No tempo colonial a rede de comerciantes rurais (portugueses), muito dos quais também eram produtores, comprava a produção dos pequenos agricultores em troca de insumos, bens industriais de primeira necessidade ou dinheiro. Esses comerciantes concediam crédito aos pequenos produtores, possibilitando-lhes entrar nos circuitos comerciais estabelecidos pelos colonos. Os pequenos agricultores transformavam-se em fornecedores de alimentos, gado e culturas de rendimento. As principais culturas comerciais cultivadas pelos agricultores eram o café, algodão e o milho.

Após a independência, a produção de todas essas culturas decresceu rapidamente. O País tornou-se dependente das importações de alimentos, suprida largamente através da ajuda alimentar, desde meados dos anos 80. O Estado privatizou a maior parte das fazendas abandonadas pelos colonos. No entanto, a falta de experiência na gestão e incentivos resultou numa forte redução da produção. Os pequenos agricultores também sofreram com o ambiente político que não encorajava o aumento da produção. Apesar da guerra ter destruído o comércio rural, estes produtores ainda mantiveram a sua atenção nalguma produção alimentar para os mercados locais, mas essa produção continuou a reduzir.

A FAO/PAM estimaram que a produção cerealífera em 1996 tinha atingido a cerca de 500.000 toneladas, mas o País necessitou importar em 1996/97 cerca de 440.000 toneladas, das quais 220.000 ton. constituíram ajuda alimentar para satisfazer as necessidades mínimas. Em 2002 a produção cerealífera foi de 711.000 ton., a de mandioca foi de 6.523.000 ton., a de leguminosas de 122.000 ton. e a do café 6.000 ton. Naquele ano, as exportações agrícolas estiveram quase paralisadas, excepto a do café que atingiu 4.483 toneladas.

Embora os dados sobre as áreas cultivadas e produção serem escassos em Angola, é evidente que os rendimentos dos cultivos são muito baixos, conforme se observa nos dados para o período 1971-2002. O rendimento médio do milho é estimado em 227 kg/ha. De acordo com as estatísticas da FAO o rendimento de milho em Angola em 1987 foi de 353 kg/ha. Embora em 2002 tenha aumentado para 600 kg/ha, ainda continua sendo inferior ao rendimento médio nos 12 Países da África Central na mesma época, que oscilava de 727 kg/ha no Congo a 2.000 kg/ha na Nigéria. Esse baixo rendimento, provavelmente está relacionado com a consociação com outros cultivos, uso de sementes degeneradas de variedades de baixo rendimento, baixa população de plantas por hectare, baixa fertilidade dos solos, ausência do uso de calcário, pouco uso de fertilizantes combinado com a limitada aplicação de estrume.

Apesar destas dificuldades, Angola tem um grande potencial na produção de vários produtos agrícolas. As estimativas dos custos de recursos domésticos (CRD) feitos no passado (Quadro 3.E, Anexo) indicam que Angola tinha vantagens comparativas nas produções de milho, massambala, batata, algodão, café, carne de vaca e de frango, apesar de baixos rendimentos. Esta vantagem provavelmente ainda existe e poderá ser viabilizada com tecnologia adequada e a utilização das jazidas de calcários, gesso e fofosrita existentes no País e com a futura utilização de fertilizantes como amónio e ureia derivados do petróleo abundante em Angola.

### **3.9 O Comportamento da Pecuária**

Angola contava, em 1970, com um efectivo pecuário superior a 6 milhões de cabeças, assim repartidas: 3.160.000 bovinos, 1.667.000 caprinos, 1.108.000 suínos e 227.000 arietinos. Portanto, cerca de 51% das cabeças de gado então existentes eram de bovinos, 31% de pequenos ruminantes e 18% de suínos. Para cada bovino existiam 0,6 caprinos/ovinos e 0,4 suínos. A biomassa existente corresponderia a 2.620.790 UGT (Unidade Gado Tropical; 1 UGT = 1 bovino de 250 Kg). A partir daquela data não foi realizado qualquer outro recenseamento pecuário. Actualmente, supõe-se que o efectivo bovino seja ligeiramente inferior, o de caprino e arietino mais ou menos idênticos, e o de suíno bastante menor. A quase totalidade do rebanho bovino concentra-se nas províncias da Huíla, Cunene, Namibe e Benguela, onde também vivem mais de 60% dos pequenos ruminantes. Estes efectivos pertencem quase integralmente ao sector tradicional. Em 2002, dados do MICS-2003 indicavam uma produção de 1.979.000 cabeças de gado bovino.

A pecuária assume um importante papel na reconstrução de Angola e é uma actividade prioritária para a segurança alimentar, garantindo o autoconsumo da população rural. A província de Huila, uma das menos afectadas pelo conflito armado, tem um dos maiores rebanhos de gado, suínos, aves e caprinos do País (Quadro 3.4). Possui água e pastagens em abundância e restos de cultura utilizados na alimentação animal.

Quadro 3.4 - Estimativas da População Pecuária, 2001/2003.

Zona	Província	Gado	Ovino	Cabra	Suíno	Ave	Outros	
Norte	Luanda	6.689	5.937	12.688	1.500	-	-	
	Kuanza Norte	500	2.500	11.500	14.500	25.000	-	
	Malange	500	500	500	1.000	-	-	
	Bengo	2.921	284	1.348	-	-	-	
	Uige	33	731	12.982	2.257	25.452	-	
	subtotal		10.643	9.952	39.018	19.257	50.452	-
Centro-Sul	Kuanza Sul	76.273	34.867	69.387	27.723	27.537	127	
	Benguela	20.704	6.349	21.782	5.812	37.270	-	
	Huambo	6.652	365	824	-	-	1.963	
	subtotal		103.629	41.581	91.993	33.535	64.807	2.090
Sul	Namibe	363	120	467	3	9	3	
	Huila	1.200.000	-	476.400	173.000	100.000	-	
	Cunene	361.332	-	-	-	-	3.555	
Leste	Kuando Kubo.	25.000	5.250	56.000	15.500	-	1.800	
	subtotal		1.586.695	5.370	532.867	188.503	100.009	5.358
Total			1.700.967	56.903	663.878	241.295	215.268	7.448

Fonte: MINADER – Directório de Pecuária (Março 2003), extraído de FAO (2003).

Segundo dados da FAO em 2003, o consumo per capita de leite e carne bovina em Angola era de 12,7 e 7,6 kg/habitante/ano, respectivamente. Já o consumo de carne suína e de aves, 3,0 e 3,1 kg/habitante/ano, respectivamente, e o de ovos 2 kg/habitante/ano. Em todos os casos um consumo muito aquém das necessidades diárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS. O consumo per capita de leite e carne no mundo e na África podem ser observados no Quadro 3.5. Decorrente da falta de estatísticas actualizadas e confiáveis, não é considerado, nesse relatório, o efectivo de animais para efeitos de levantamento da procura actual de proteína animal.

**Quadro 3.5. Consumo per capita de Leite e Carne no Mundo e na África - 2001.**

Regiões / Países	Consumo (kg/pessoa/ano)			
	Leite	Carne bovina	Carne suína	Carne de aves
<b>Recomendação da OMS</b>	<b>146 l/ano</b>			
<b>Mundo</b>	<b>44.5</b>	<b>9.5</b>	<b>14.9</b>	<b>11.2</b>
África	26.4	5.8	0.9	4.1
África Central	8.0	3.7	1.2	1.5
Angola	12.7	7.6	3.0	3.1
Camarões	14.9	6.2	1.1	2.3
Rep. Centro-Africana	16.4	15.9	3.3	0.9
Chad	25.8	9.4	0.1	0.6
Rep. Dem. Congo	0.8	0.4	0.5	0.5
Rep. Do Congo	11.6	1.5	2.5	5.0
Gabão	25.3	3.2	7.8	13.3
Santo Tomé e Príncipe	1.3	0.8	2.7	4.2

Fonte: FAO (2003).

A produção de leite é praticamente inexistente no País. No entanto, no passado a bovinocultura de leite teve expressão no sector empresarial, existindo empresários com certa experiência na actividade. No Lubango, por exemplo, foram calculados em 67 mil litros por dia as necessidades em leite.

É inegável a importância nutricional e socio-económica da pecuária leiteira, gerando emprego e renda, contribuindo para a fixação do homem no campo, (principalmente o de base familiar). É fundamental para Angola cuidar das suas crianças, e o leite é um alimento insubstituível na fase de crescimento do ser humano (Quadro 3.5).

No Documento de Trabalho No. 08 é apresentada uma estimativa da demanda de carnes e necessidades de animais em função do consumo per capita que atenda as necessidades mínimas de proteína animal da população urbana.

### 3.10 Floresta e Fauna

#### 3.10.1 O Sector Florestal

Angola possui vários biomas e ecossistemas. Estima-se que o País tenha 5.000 a 8.000 espécie de plantas, das quais 1.260 são endémicas. Cerca de 40% da terra de Angola é coberta de vegetação madeireira, mas apenas 18.5% desta área (cerca de 23 milhões ha) está classificada como floresta. As plantações cobrem uma área de aproximadamente 150.000 ha e consistem em espécies exóticas de rápido crescimento, principalmente *Eucalyptus sp.*

Grandes superfícies do País estão cobertas de arbustos e vegetação de savana, enquanto apenas cerca de 16% do total das terras representam o mosaico floresta-húmida de savana (Figura 3.G, Anexo). As florestas húmidas tropicais em Angola estão restritas ao interior do enclave de Cabinda, a umas largas e descontínuas manchas de florestas nas províncias de Zaire, Uíge, Cuanza Norte e Cuanza Sul. Estes sítios representam uma região ecológica significativa em termos da sua biodiversidade que deve ser protegidas.

Uma extensa, mas fragmentada série de distintas florestas ocorrem de escarpo em Angola, do Dondo no rio Kuanza ao sul de Quilengues na província de Huíla. Estas florestas variam de tamanho de alguns a vários milhares de hectares e, seguindo uma altitude declivosa, formam uma contínua floresta seca de arbustos ou muito fechada para alta húmida floresta. As florestas montanhosas de Angola são de uma biodiversidade de considerável importância. Actualmente, elas estão representadas por algumas manchas isoladas nos declives “protegidos” nas montanhas das províncias do Huambo, Benguela, Kuanza Sul e Huíla.

Dos cerca de 53 milhões ha de total da floresta natural, a floresta produtiva é estimada em cerca de 2.4 milhões ha, com valiosos recursos madeireiros encontrados na floresta de Maiombe em Cabinda e na floresta dos Dembos no Kuanza Norte. Cerca de 150.000 ha de plantações exóticas, principalmente eucalipto e pinho, foram plantadas durante o tempo colonial ao longo da linha férrea.

Em 1973 a produção de troncos atingiu 555.000 metros cúbicos sendo que 185.000 ton foram serradas e 33.000 ton de madeira foram exportadas. O eucalipto era principalmente usado pelos caminhos de Ferro de Benguela e para fornecer a indústria de madeira de Alto Catumbela. Desde 1975 a indústria florestal entrou em declínio. A indústria madeireira cessou as operações alguns anos atrás e a produção nacional de madeira diminuiu de 20,800 m<sup>3</sup> em 1990 para 12,400 m<sup>3</sup> em 1993 (Documento de Trabalho No. 10). A indústria florestal foi severamente afectada pela guerra. Praticamente todas serrações foram destruídas com os consequentes prejuízos ocorridos durante as duas últimas fases da guerra.

Estudos sobre a produção potencial da madeira tropical em Angola, partir do manejo sustentável das suas florestas nativas, indicam um potencial de produção anual de pelo menos 326.000m<sup>3</sup> por ano de madeira em toros, comercializável tanto no mercado interno com externo. A madeira tropical angolana possui grande potencial de aplicação para a indústria de painéis e laminados de madeira. Existem fábricas de contraplacados em Cabinda e Luanda, actualmente paralisadas, mas com capacidade de produção de pelo menos 10.000m<sup>3</sup>/ano devendo ser objecto de investimento para a sua reabilitação .

### **3.10.2 O Potencial da Fauna**

Angola com 275 espécies mamíferos registadas, tem um dos importantes conjuntos de mamíferos do Continente Africano. De acordo com os dados de IUCN, a conservação das ricas e diversificadas espécies existentes nas florestas húmidas, particularmente chimpanzés e gorilas é uma prioridade. Cerca de 20 espécies de anfíbios são endémicas em Angola. A fauna do País é diversa e cerca de 900 espécies registadas. As florestas das encostas de Angola são particularmente ricas em fauna. Num estudo de 75 principais pássaros de floresta em África, estas encostas foram classificadas em décimo lugar em importância.

Com uma costa marítima de cerca de 1.650 km, Angola possui águas bastante ricas em peixe. O pescado é mais abundante na parte sudoeste da costa marítima. Existem enormes cardumes de peixes assim como atum e mariscos. Antes da independência a pesca constituía a principal indústria nas províncias de sudoeste do País (Namibe e Benguela). Existiam várias fábricas de transformação de peixe em farinha e óleo e instalações de seca, carilamento e congelamento de peixe. A média anual das capturas atingiu 300.000 toneladas, nas últimas duas décadas. A pesca artesanal contribuía com 10% desse total e com 5,7% das exportações do País.

Como resultado da guerra ocorreu uma paralisação gradual da maior parte do parque industrial pesqueiro. O Estado privatizou algumas instalações, mas a falta de conhecimentos, inadequada disponibilização de recursos financeiros, falta de incentivos e falta de apoio à indústria por parte das empresas públicas e a fixação irrealista de preços reduziu o empenho até níveis muito baixos. Em 1980 o Governo criou um programa de desenvolvimento quinquenal com a assistência de doadores europeus e árabes, mas apesar do considerável investimento a actividade pesqueira continuou a decair, sendo que as embarcações pesqueiras do Estado nunca capturaram acima de 100.000 tons/ano.

Após a independência, embarcações estrangeiras foram licenciadas para pescar em águas territoriais angolanas sob condição de entregar parte do peixe nos portos locais. As capturas atingiram o máximo em 1985 com mais de 400.000 tons. Desde então, poucas licenças foram emitidas devido a crescente preocupação de esgotamento dos recursos pesqueiros, embora a quantidade de pescado no ano de 2003 não tenha ultrapassado as 122.000 tons. Também existe a preocupação com o aumento de embarcações ilegais que entram nas águas angolanas.

Angola possui igualmente consideráveis recursos pesqueiros nas águas doces. Muita gente no interior, sobretudo na zona litoral, depende desta fonte de proteína e também desta fonte de renda. Enquanto o potencial para o desenvolvimento da pesca em águas doces é inferior ao da pesca marítima ela é todavia muito importante para a redução da malnutrição e o aumento dos rendimentos da população do interior do País. Parece existir uma falta de informação sobre o estado da pesca em águas doces, cabendo ao Governo tomar iniciativas para o seu desenvolvimento através de estudos de mercado e análise económico-financeira da actividade.

### **3.11 O Sistema Fundiário**

As questões relacionadas com a posse e o uso das terras agrícolas em Angola passaram a ocupar um lugar de realce nas agendas do Governo e das agências de cooperação a partir do momento em que a ideia de que a paz estava próxima se tornou consensual (Documento de Trabalho No. 11). Os agricultores e a agricultura são percebidos como actores e actividade centrais na construção da paz e na definição de estratégias de desenvolvimento do País.

Angola tem um sistema fundiário relativamente complexo por duas razões básicas: (a) no passado, a época de um Governo socialista houve uma desapropriação das terras privadas que passaram a ser do Estado; e (b) existe uma cultura com regras e tradição milenar sobre direitos de posse e uso das terras que tem origem nos seus primeiros povos.

Por exemplo, nas aldeias chefiadas por um soba, as entregas das terras são definidas de acordo com necessidades específicas, tendo em consideração a existência de terras férteis para todas as famílias em condições de exercer práticas culturais pagando imposto de pastagem e provisão de lenha. Cada membro adulto da família tem pelo menos duas lavras: uma durante a época chuvosa e outra durante a época seca nas matas. A dimensão da lavra é determinada pela existência de mão-de-obra disponível, gado para tracção animal e disponibilidade de solos férteis.

Uma das recomendações prioritárias do ARDOR em 1997 foi de clarificar a situação de gestão posse e uso da terra, bem como das condições necessárias para que tais direitos sejam legalmente reconhecidos a níveis comunitários e individuais. A garantia da posse comunitária da terra e do direito de acesso das comunidades locais é condição fundamental para incorporar estes actores na gestão sustentável do solo.

A recente aprovação da Lei de Terras pelo Conselho de Ministros, ora em discussão na Assembleia da República é um passo importante para a clarificação desta situação, mas é necessário definir também o quadro legal sobre a posse, os direitos e as obrigações sobre os demais recursos naturais, assim como informar toda a sociedade angolana sobre as condições legais requeridas para o uso, o controle, a conservação e o melhoramento da terra e demais recursos naturais.

Desenvolver o quadro legal para a gestão sustentável da terra e demais recursos naturais é um passo fundamental, mas igualmente importante é estabelecer a estrutura necessária para garantir a aplicação das leis, e seu amplo conhecimento pela sociedade urbana e rural. Neste capítulo, as ONGs, as associações e outras instituições podem desempenhar um importante papel, auxiliando o sector jurídico na divulgação e interpretação dos direitos e obrigações de todos os cidadãos com relação ao uso sustentável e à conservação dos recursos naturais.

A área total de Angola é de aproximadamente 124,7 milhões de ha dos quais só 2,5 milhões foram agricultados em 2002/2003. A estrutura de uso da terra permanece praticamente inalterada desde 1990 (Quadro 3.6).

Quadro 3.6. Uso da Terra em Angola

Area	1990	2001
Area Total (1000 ha)	124.670	124.670
Area Total da Terra (1000 ha)	124.670	124.670
Area Agricola (1000 ha)	57.404	57.300
Culturas Permanentes/Area Agric. (%)	90,0	90,0
Pastagens Permanentes/Area Agric. (%)	94,1	94,2
Terras Araveis/Agricola (%)	5,1	5,2

Fonte: FAO stat ; \*As últimas colunas referem-se às diferenças de percentagens.

A grande disponibilidade de terras agricultáveis e a existência de uma importante população de agricultores capazes de produzir alimentos em quantidades crescentes oferece a garantia de que a segurança alimentar pode ser conseguida com êxito em Angola. Por outro lado, a presença de empreendedores modernos desejosos de investir os seus capitais na agricultura comercial, em condições competitivas para disputar espaços nos mercados regionais deve ser percebida como auspiciosa, desde que a questão da terra seja bem equacionada.

O Governo está a estimular as melhores capacidades de uns e outros e é chamado a definir a sua própria agenda com ordenamento territorial, zoneamento agroecológico, difusão tecnológica, treinamento e capacitação, educação acessível a todos, reabilitação de estradas e infraestruturas. Contudo, não bastam leis e regulamentos, pois, o que se requer, desde logo, é a presença efectiva das organizações do Estado junto às populações. As solicitações são constantes e na temática do sistema fundiário o recurso à terceirização não oferece resposta eficaz.

### 3.12 Instituições Públicas do Sector Rural

**Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER).** É o organismo central do Estado responsável pela promoção do desenvolvimento da agricultura, pecuária e silvicultura, constituído por Serviço de Apoio Consultivo, Serviço de Apoio Técnico, Serviço de Apoio Instrumental, Serviços Executivos Centrais com três Direcções Nacionais (DNAPF,

DNDR, DNHAER) e treze Serviços Tutelados. Dentre eles o MINADER tem dois serviços de investigação: Instituto de Investigação Agronómica (IIA) e o Instituto de Investigação Veterinária (IIV) e três órgãos de fomento: Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF); Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) responsável pelos serviços de extensão e o Instituto de Desenvolvimento do Café (INCA). Além disso tem o Instituto Nacional de Cereais (INCER), Serviço Nacional de Sementes (SENSE), Serviços de Veterinária (SV), Serviços de Cadastro Agrícola (SCA), Serviços de Recursos Genéticos (SRG), Gabinete de Desenvolvimento Agrário (GDA), Fundo de Desenvolvimento Agrário (FADA), Fundo de Desenvolvimento do Café (FDCA). O IIA, IIV, IDF e IDA são organismos que gozam de autonomia financeira e administrativa. (Novo organograma do MINADER, Figura 3.I, Anexo)

**O Instituto de Investigação Agrária (IIA)** é a instituição no MINADER responsável pela investigação agronómica. O IIA tem a sua sede no Huambo e trabalha em estreita colaboração com a Faculdade de Ciências Agrárias, também localizada naquela cidade, através de uma rede de 12 estações experimentais. Trata de manter ligações com a extensão rural e com os agricultores, para maximizar o impacto de trabalhos de investigação agrícola. O IIA trabalha através de programas e projectos de investigação e as tecnologias geradas são disponibilizadas aos extensionistas que devem levá-las aos agricultores e camponeses. Entretanto, esse sistema tem limitações devido a ausência de mecanismos de ligações formais para a vulgarização e principalmente pelas limitações de recursos financeiros e humanos. O IIA está em processo de reactivação e fortalecimento das suas actividades (Documento de Trabalho No. 12). Existem propostas para a modernização dos serviços de investigação e inclusive para a elaboração do plano director para o Instituto, que daria directrizes para a planificação, financiamento da investigação agronómica e avaliação do seu empenho.

**O Instituto de Investigação Veterinária (IIV)** é a instituição no MINADER responsável pela investigação veterinária. O IIV tinha a sua sede no Huambo mas foi muito danificada pela guerra. A recuperação das suas instalações nas províncias será mais difícil. O IIV em articulação com os serviços de veterinária está em reactivação e executando acções importantes para o desenvolvimento da pecuária em Angola. O IIV geralmente busca ligações com a extensão rural para levar tecnologias aos pequenos criadores de gado bovino, caprino, aves e suínos. Actualmente existem propostas para a reestruturação do IIV (Documento de Trabalho No. 12). Os seus maiores desafios são a concepção de um modelo institucional adequado, interligação com o IIA, desenvolvimento de parcerias com o sector privado, capacitação de recursos humanos e captação de recursos financeiros para promover o seu fortalecimento e modernização institucional.

**O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA)** foi criado em 1988 e é responsável pelo desenvolvimento agrário dos pequenos camponeses. O IDA tem uma função executiva através do Serviço de Extensão Rural, assim como a função de coordenar as intervenções do Estado junto dos pequenos camponeses. O IDA tem fortes ligações com os serviços de investigação IIA e IIV, assunto analisado no Capítulo 4.

Foram criadas três entidades responsáveis pela extensão rural a nível municipal: actividades de extensão sob a tutela directa dos Directores Provinciais do IDA através das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDAs) e Centros de Desenvolvimento Agrário (CDA) e as Brigadas. Estes três organismos desempenhavam as mesmas funções diferenciando-se consoante os seus estatutos jurídico e fontes de financiamento. Até 1989, as EDAs eram consideradas empresas públicas fornecedoras de serviços de apoio na área de mecanização,

fertilizantes e pesticidas, aos pequenos camponeses e compravam os produtos destes últimos. Em 1989, os serviços de mecanização foram transformados em Empresa Nacional de Mecanização Agrícola (ENAMA), hoje MECANAGRO. Nos municípios onde o café constituía a cultura mais importante, as actividades de extensão rural foram encabeçadas pela extinta SECAFE actualmente integrada no MINADER.

As Direcções Provinciais do MINADER são estruturas integradas nos Governos provinciais. No passado o Governo criou algumas empresas estatais para complementar o desenvolvimento agrário. Actualmente ainda estão sob a tutela do MINADER as seguintes empresas: FRESCANGOL - Conservação e distribuição de produtos perecíveis; ANGOSEMENTES - Importação e distribuição de sementes; DINAMA - Importação e distribuição de fertilizantes e pesticidas; CAFANGOL - Beneficiamento e exportação de café; PROCAFÉ - Fornecimento de insumos aos produtores de café; MECANAGRO - Prestação de serviços de mecanização agrícola. Á excepção da MECANAGRO transformada em empresa pública, as restantes têm poucas actividades estando em análise o figuro jurídico futuro.

**Instituições Financeiras.** O actual sistema bancário Angolano conta com dez bancos (e 108 agências), nove instituições ligadas ao micro-crédito e seis fundos de apoio e de fomento distribuídos por todas as províncias do País. A maior parte das instituições crediticias encontram-se localizadas em Luanda, Huila, Cabinda, Kwanza Sul e Benguela. Angola não tem um sistema formal de crédito rural.

O total do crédito outorgado por esse sistema cresceu de 185 milhões de dólares americanos no ano de 2000 para 528 milhões no ano de 2002. Neste último ano, as rubricas de comércio, transporte e serviços beneficiaram de 30% do total do crédito outorgado pelo sistema bancário; 60% foi consignado à rubrica “outros créditos” não especificados nas contas do Banco Central de Angola. Os restantes 10% foram para actividades da construção, da industria e da agricultura que recebeu somente 1,5% dessa parcela (Documento de Trabalho No. 19). O Governo apoia o desenvolvimento dos agentes económicos (comerciantes, carpinteiros, artesãos, agricultores, etc.) através de créditos financeiros e fundos de fomento que provêm, principalmente do Fundo de Desenvolvimento Económico Social (FDES), o Fundo de Apoio Social (FAS) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA). Os agentes económicos também podem receber micro-créditos (geralmente nas áreas urbanas, mas em poucas zonas rurais) provenientes de instituições privadas e/ou não governamentais como o Banco Sol e a Development Workshop.

Apesar da existência de um sistema de crédito constituído pela banca, fundos e ONGs por um lado, e recepcionado por agentes económicos por outro, existem limitações que afectam o acesso ao crédito no sector rural. Do ponto de vista das instituições que concedem pequenos e médios créditos, identificou-se que o crédito não está suficientemente regulamentado pelo Banco Central, falta de uma legislação que permita as instituições não bancárias de receber depósitos, conforme Documento de Trabalho No. 15); falta de poder legal e marcos jurídicos para assegurar o retorno dos créditos; falta de mecanismos financeiros para promover a poupança rural; e elevados custos de operação do crédito rural. Do ponto de vista dos receptores do pequeno e médio créditos, existem limitações, tais como, a falta de documentos de identidade; de títulos de propriedade da terra e de garantias reais; carência de recursos financeiros devido a uma produção reduzida; sazonal, limitada ou debilitada em meios de transporte e de infraestruturas e de comercialização.

Em 1992 o Governo criou a Caixa de Crédito Agro-pecuária e Pescas (CAP) para conceder créditos ao sector agrícola, principalmente às pequenas empresas, agricultores e pescadores. A CAP era parte integrante do Banco Nacional de Angola (BNA) e não possuía autonomia financeira. Contudo, fragilizada por empréstimos com taxas de juros negativas e pela não recuperação dos créditos concedidos a CAP foi liquidada em 2001. Apesar dessas experiências o Governo planeia a reestruturação do crédito rural, no contexto da reorganização do sector financeiro, nos programas de ajustamento e estabilização da economia angolana.

O crédito rural formal nunca foi concedido directamente aos pequenos camponeses. Por outro lado, o crédito informal tradicionalmente era disponibilizado pelos comerciantes rurais através de antecipações para a compra de insumos, pago posteriormente com a produção. Em 1986 o Governo criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA). Como fundo nacional de apoio ao desenvolvimento rural, o FADA financiou um vasto leque de actividades numa base flexível tais como vacinações de gado, preparação de solos a larga escala e apoio às empresas privadas para financiar as despesas correntes dos agricultores comerciais. Apesar do FADA ter disponibilizado fundos público na sua presente forma não pode ser considerada como uma instituição de crédito capaz de canalizar fundos substanciais para o sector rural. Igualmente, o Governo criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Café (FDCA) e da Pesca Artesenal (FADEPA).

### **Formação Agrária**

A Faculdade de Ciências Agrárias foi criada no Huambo em 1976 pela Universidade Agostinho Neto, substituindo a faculdade fundada em Luanda em 1966. A biblioteca e equipamento da Faculdade foram destruídos pela guerra tendo esta última fechado as portas em 1992. Entretanto, a Faculdade foi reaberta em 2003 e está a dar formação superior em agronomia, tendo recebido 150 estudantes no curso de Agronomia, em 2003.

Existem três Institutos Médios Agrários: Um no Lubango (fundado em 1942), um no Huambo (fundado em 1978) e um no Malange (financiado por crédito do BAD). Este último não chegou a arrancar devido o reacender das hostilidades tendo sido saqueado e destruído posteriormente. Os Institutos do Lubango e Huambo leccionavam cursos meramente teóricos de três anos de duração, com cadeiras tradicionais em vez de métodos apropriados dos sistemas de produção. O Instituto Médio Agrário do Lubango é o que está em melhores condições operacionais. A formação básica dos extensionistas está a cargo da Direcção dos Recursos Humanos da MINADER. Existem instalações para formação técnica no Kikuxi em Luanda, Kwanza Sul e Benguela.

### **Gestão de Terras e o Ambiente**

Existem várias instituições públicas que lidam com os aspectos relacionados com a gestão de terras e meio ambiente. Entre elas: MINADER (Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural-DNDR, Direcção Nacional da agricultura Pecuária e Florestas – DNAPF, Instituto de Desenvolvimento Florestal – IDF, Instituto de Desenvolvimento Agrário – IDA, Comité Nacional de Recursos Fitogenéticos – CNRF, Departamento de Cadastro e Topografia; Ministério da Defesa – Instituto de Geodesia e Cartografia (IGCA); Ministério da Justiça (Registo Provincial de Terras); Ministério das Obras Públicas (Serviços de Cadastro Urbano); Ministério de Planeamento (Instituto Nacional de Planificação Física – INPF) actualmente denominado Instituto Nacional de Ordenamento Territorial – INOT; Ministério da Administração do Território e o Ministério do Urbanismo e Ambiente .

### **3.13 Organizações Não-Governamentais (ONGs)**

Existem muitas ONGs em Angola e este número é crescente. As distribuições geográficas das ONGs nacionais e internacionais em Angola são apresentadas nas Figuras 3.J e 3.K, Anexo, respectivamente. As ONGs assumiram um papel importante devido às operações de emergência e reabilitação e algumas movimentam recursos operacionais superiores a algumas agências públicas. Dentre as ONGs activas no meio rural destacam-se a nacional ADRA e várias internacionais OIKOS, World Vision, Concern, Save the Children, AAA, CICV, CARE e Médicos Sem Fronteiras. Estas ONGs que priorizam a reabilitação da agricultura e saúde, foram contratadas pelos doadores bilaterais para providenciar a reabilitação de emergência de serviços devido às limitações operacionais do Governo em assumir tais responsabilidades. Algumas ONGs estão a planear envolver-se em importantes actividades de desenvolvimento agrícola a longo prazo. Por outro lado, como algumas ONGs recrutam pessoal local maioritariamente do sector público e pagam salários maiores, isto tem contribuído para o enfraquecimento de algumas capacidades governamentais.

### **3.14 Associativismo e Cooperativismo Rural**

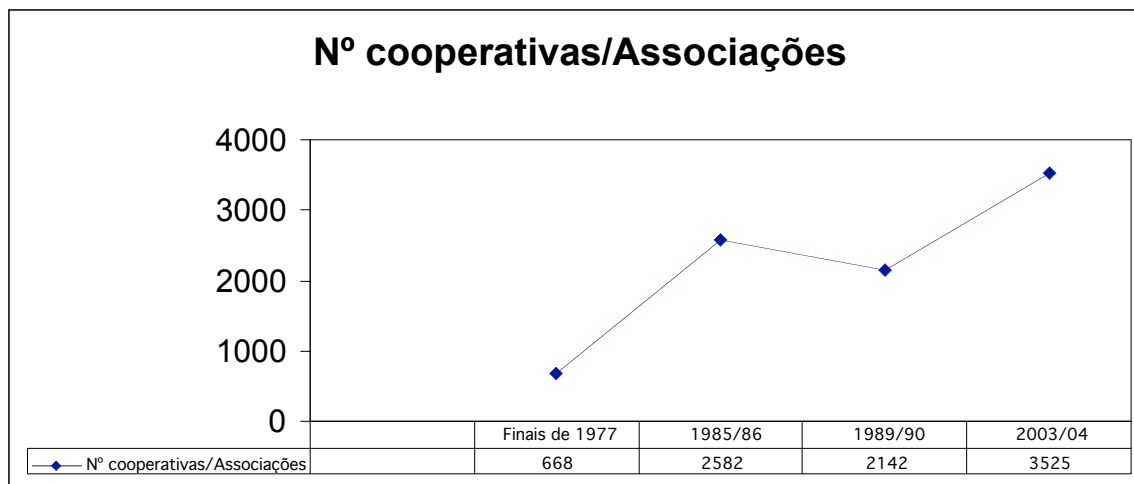
O associativismo e o cooperativismo nas áreas rurais em Angola são fenómenos recentes. Com muito poucas excepções, tais como os clubes agrícolas para obtenção de créditos, cooperativas de cafeicultores, desenvolvida pelo Instituto de Café de Angola, não se poderá falar verdadeiramente de organizações de carácter cooperativo e associativo envolvendo agricultores familiares angolanos, antes da independência. Embora, nas comunidades rurais sempre existiram formas de cooperação e inter-ajuda voltadas para práticas, quer da vida social quer da vida económica e tradicionalmente dependentes de alianças clãnicas ou não. Exemplos dessas formas de inter-ajuda em Angola são o quixiquila e ondyuluca.

Correspondendo às motivações de carácter político, e face à situação de emergência vivida no período de transição para a independência (1975) surgiram as primeiras iniciativas para a criação de cooperativas nas áreas rurais.

Os conceitos de cooperativa e de associação foram misturando-se ao longo do tempo, até não se distinguirem uma da outra. Actualmente verifica-se um processo de reorganização e separação desses dois conceitos, cabendo às cooperativas uma função comercial e à associação uma função política/produtiva. A evolução do número de cooperativas/associações desde então estão indicados nas Figuras 3.1 e 3.2.

Isso demonstra que, apesar de uma trajectória marcada por críticas e insucessos, o espírito associativo em Angola é relativamente forte e necessário e foi interiorizado pelos agricultores familiares.

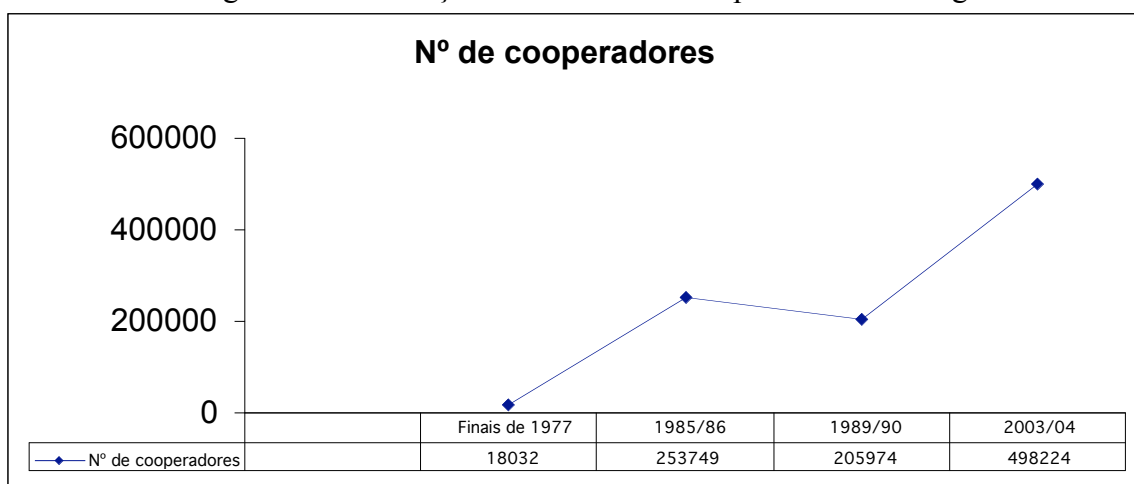
Figura 3.1 – Evolução do Número de Cooperativas e Associações em Angola.



Fonte: Diagnóstico das Associações de Camponeses em Angola e da UNACA. 2004.

As motivações desse espírito associativo, de acordo com um estudo da UNACA, realizado no início da década de 90, sobre a adesão dos agricultores familiares às associações então existentes, eram: (a) facilidade de acesso aos insumos agrícolas ou, para utilizar a linguagem em uso na época, o abastecimento técnico- material vulgo ATM; (b) ter acesso a bens de consumo; (c) ter acesso à terra (motivação das populações deslocadas); e (d) interesse em trabalhar em grupo. Actualmente, a essas motivações deve ser acrescida a necessidade de sobrevivência, numa economia em transição, onde as pequenas organizações não podem por si só sobreviver.

Figura 3.2 – Evolução do Número de Cooperadores em Angola



Fonte: Diagnóstico das Associações de Camponeses em Angola e da UNACA. 2004.

As críticas efectuadas a essas organizações, não são tanto sobre elas próprias, mas sim a maneira como elas foram criadas e utilizadas em Angola. As cooperativas e associações foram vistas fundamentalmente como instrumentos ao serviço do Estado e não como estrutura de autopromoção, geridas pelos próprios agricultores familiares na base da voluntariedade e da participação. Se as medidas de política agrária foram condicionadas pelas distorções de carácter macro-económico, traduzidas na falta de incentivos à produção, na inadequação dos preços, na falta de prioridade e oportunidade dos meios de produção e dos investimentos, na política de quadros e inclusive na ausência de uma legislação fundiária que permitisse um

correcto ordenamento das diferentes formas de propriedade ou usufruto da terra, então não se poderia esperar um desempenho exemplar das cooperativas e associações, instituições que, por serem rurais estavam muito longe do poder e muito mais perto do palco da guerra.

A essas limitações deve-se acrescentar as diferentes formas de intervenção no campo que existiram ao longo de um determinado período. As várias organizações responsáveis pelo movimento cooperativo criadas pelo Estado (inicialmente a CADCO (1975) passando pela DNOP (1976) e DNACA (1978), CNAC (1986) e ultimamente pela UNACA (1986)) foram alteradas repetidas vezes perante os fracos resultados que se iam obtendo, sem que para tal tivessem sido avaliados os erros e daí programada a sua correcção objectiva, e, não tiveram sequência umas nas outras, resultando daí a falta de metodologias adequadas e de uma estratégia com objectivos claros de acção. As tentativas de definição de uma metodologia de intervenção não levavam em conta a experiência acumulada nesse campo nem privilegiava os métodos participativos e valorativos das potencialidades existentes. A distribuição geográfica do número das associações, cooperativas e de seus associados encontram-se no Quadro 3.7 e Figura 3.L, Anexo.

No entanto, a partir dos anos 90, outras instituições, tais como ONGs, estabeleceram com algumas cooperativas/associações parcerias e realizaram programas de colaboração para a autopromoção das cooperativas no quadro da chamada “ajuda para a auto-ajuda”, com relativo sucesso. Também estimularam o aparecimento de outras formas organizativas que tiveram origem não na necessidade sentida pelas comunidades, mas quase sempre no interesse dos agentes externos (as instituições do Estado, as ONG, as agências de enquadramento em geral), que entendiam que a gestão dos recursos e a sustentabilidade dos projectos “oferecidos” não era possível sem uma organização mais ou menos formalizada (ainda que não legalizada).

Nesse período também surgiu uma cooperativa a CAPCAB-Cooperativa Agro pecuária dos Agricultores Familiares e agricultores comerciais de Benguela, que depois de identificar os constrangimentos dos associados e as potencialidades da envolvência, elaborou programas e projectos, captou financiamentos e materializou-os, com certo sucesso, a ponto de ganhar prémios nacionais e internacionais. De acordo com essa experiência, o sucesso residiu no facto: (a) da identificação participativa dos constrangimentos; (b) da formação dos associados ser feita com base em campos de experimentação; (c) da identificação das culturas em função do mercado; (d) da utilização de novas técnicas e ciência; (e) das experiências e da formação académica e técnica dos órgão de direcção e de apoio; e (f) a criação de uma estrutura de investigação e desenvolvimento tais como laboratórios, campos experimentais e estações meteorológicas. A essa lista deve ser acrescida (g) vontade política do Governo de Benguela, que avalizou e ajudou a cooperativa a chegar a financiamentos nacionais e internacionais, que ajudou a criar oportunidades de mercado, comprando à cooperativa produtos para os consumos sociais.

Assim sendo pode-se concluir que as cooperativas/ associações existentes são uma potencialidade para o desenvolvimento agrário em Angola, desde que bem assessoradas, pois ao contrário da maioria das instituições, a associações de camponeses e as cooperativas tem uma representatividade por todo o País (Quadro 3.7).

Quadro 3.7 – Organizações de Productores em Angola

Província	Associações	Cooperativas	N.º de Associados
Cabinda	87	8	9044
Zaire	90	0	6474
Uige	80	8	8884
Lunda Norte	194	3	9677
Lunda Sul	103		7518
Moxico	211		21199
Malange	400		35928
Kuanza Norte	178		23265
Bengo	380	10	44956
Luanda	57	3	15184
Kwanza Sul	365	19	57612
Huambo	558	7	150749
Benguela	238	2	17783
Huila	634	37	56470
Namibe	50		3247
Cunene	76		4837
Kuando Kubango	122	10	62357
Bié	350	0	36907
<b>Total</b>	<b>4113</b>	<b>118</b>	<b>538475</b>

Fonte: UNACA. 2004.

### 3.15 A Família Rural e o Papel da Mulher

Em Angola, a composição da família mudou bastante devido a vários factores. Para além das influências da religião e do Governo pós independência, muitas comunidades são poligâmicas, apesar de existir uma minoria monogâmica. O número de esposas que um homem pode possuir diminuiu visivelmente. O divórcio é uma prática comum, apesar de ser desencorajado e normalmente provocado pela mulher.

A prolongada guerra civil reduziu o número de homens em comparação com o das mulheres. Esta situação, combinada com o facto de muitos homens terem migrado para Luanda para escaparem da incorporação militar, contribuiu para um maior número de divórcios, viúvas e mulheres abandonadas. Um bom número de famílias rurais, talvez superior a 30% do total de famílias rurais nalgumas zonas do País são chefiadas por mulheres. Essas famílias tendem a ser mais pobres, tal como não possuem mão-de-obra e instrumentos de trabalho para o cultivo das terras e manutenção das propriedades e da família.

Os agregados familiares chefiados por mulheres não aparecem nas estatísticas formais e a sua situação é amplamente desconhecida. Estima-se que tais agregados representem aproximadamente 31% do total dos agregados familiares (29% em zonas urbanas e 33% em zonas rurais) (FIDA, 2001). A sua incidência terá aumentado durante a guerra, devido ao abandono, deslocação e morte do cônjuge. Esses agregados são considerados como figurando entre os mais desfavorecidos e constituem o núcleo da pobreza rural. Todavia, as suas necessidades e requisitos especiais não são considerados nas políticas governamentais, nem têm constituído um alvo específico das ONGs.

É no sector agrícola que a mulher angolana encontra a sua principal forma de sobrevivência, sendo que 17,3% da população feminina economicamente activa é agrícola. Em cada 20

mulheres economicamente activa só três não trabalham na agricultura (Documento de Trabalho No. 20).

As mulheres rurais estão em dupla desvantagem. As tradições culturais, que muitas vezes, colocam as mulheres numa posição subserviente, têm-se tornado piores, devido aos efeitos de mais de 30 anos de conflito. Com o colapso de muitos serviços básicos (saúde, educação, crédito) e de infra-estruturas (água e mercados), as mulheres rurais procuraram segurança no meio urbano. As que permaneceram no meio rural trabalham mais que os homens, mas nem por herança tem acesso facilitado à propriedade da terra. Estão inseridas numa organização familiar tipicamente rural com relações de família e parentesco muito complexas e dificilmente traduzíveis ou adaptáveis à língua portuguesa, que lhe conduz à relações conjugais do tipo poligamia.

Devido ao conflito, muitos homens emigraram à procura de melhores condições de vida, ou tendo entrado no conflito, pereceram, criando um espaço para o aparecimento de agregados familiares chefiados por mulheres. De acordo com o FIDA (2002) estima-se que tais agregados representem aproximadamente 31% do total dos agregados familiares (29% em zonas urbanas e 33% em zonas rurais). Nessas famílias, as mulheres adoptam novos papéis, desenvolvem novas competências e assumiram um novo estatuto no lar aumentando invariavelmente a sua carga de trabalho. Uma dessas mudanças é na responsabilidade de comercialização de produtos agrícolas. Há muitas mulheres a dedicarem-se a essa actividade que na maioria dos casos lhes consomem muito tempo, pois tem de percorrer grandes distâncias. Mas, por outro lado, o conflito acentuou, ainda mais a assimetria entre o género em termos de acesso a educação, entre o campo e a cidade e também a assimetria no benefício das infra-estruturas e serviços sociais.

Apesar dos actuais constrangimentos, apresentados de forma resumida, há exemplos de tímidos progressos: registados na promoção da igualdade do género à luz dos mecanismos aprovados a nível internacional, regional e nacional; registados a nível da legislação; progressos retrospectivos; registados a nível de órgãos e estruturas sobre o género em acções desenvolvidas em prol do género.

Tradicionalmente, existe uma clara demarcação do género na divisão do trabalho. Todos aspectos ligados a subsistência quotidiana da família constituem esfera da responsabilidade da mulher e inclui a produção de alimentos e a criação de pequenos animais. Igualmente as mulheres são responsáveis pela conservação, processamento e preparação dos alimentos e venda de uma parte da produção para a obtenção de outros produtos básicos para a família. Além disso, elas devem aprovisionar a lenha e água, cuidar dos filhos e velhos e pessoas doentes da família. Os homens são responsáveis pela preparação do solo, cultura de rendimento e criação do gado. Entretanto, devido a guerra, a divisão genérica do trabalho tornou-se menos demarcante e muito menos terra tem sido cultivada pela família por causa da redução do número de homens.

A implementação da estratégia para a promoção da igualdade do género até ao ano 2005, elaborado pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, que vincula os diversos órgãos do Governo na sua execução, poderá ser um instrumento importante para diminuir os constrangimentos da mulher e as assimetrias actuais do género em Angola.

### 3.16 Pobreza e Desnutrição Rurais

A pobreza rural atingiu grandes proporções em Angola, por efeito da Guerra, que resultou em: elevado índice de mortalidade e deslocamento de pessoas; aumento da incidência de malnutrição (50% da população) e mortalidade infantil; destruição e perda de bens por parte da população; e o colapso do sistema de comércio. A deslocação das populações, afectou a sua capacidade de produzir e ter acesso à alimentos. Milhões deixaram as suas zonas de origem no meio rural para procurar segurança e oportunidades de sobrevivência em Luanda e outras grandes cidades. Depois dos acordos de paz de Abril de 2002, muitos deslocados progressivamente estão retornando às suas zonas de origem.

Assim há uma necessidade premente de aumento dos rendimentos no meio rural, com a geração de empregos nas lavras, na agro-industria e em serviços de apoio à agricultura, principalmente em operações financeira, para motivar os deslocados a regressarem ao meio rural, e deste modo contribuir para reduzir a malnutrição, crime e pobreza no meio urbano. O apoio à agricultura familiar mediante acções de desenvolvimento rural terá a grande vantagem de combinar o aumento de produção com a elevação do rendimento e segurança alimentar dos pequenos agricultores. Por outro lado, o aumento da produção de alimentos básicos resultaria na redução dos seus preços em benefício dos consumidores rurais e urbanos.

Cerca de 60% da população angolana vive na área rural e 90% depende da agricultura e actividades rurais como fonte de alimentação e rendimento. Estima-se que 78% das famílias rurais são pobres, comparado com 61% nos centros urbanos. No entanto, 70% das famílias pobres na área rural são classificadas como extremamente pobres, comparadas com apenas 10% nas áreas urbanas. Entretanto, o rendimento das famílias pobres cobre apenas 65% das suas necessidades básicas, enquanto o rendimento de famílias pobres na zona urbana cobre até 78% das suas necessidades básicas. O consumo anual de cereais per capita é estimado em 86 kg em 2003. O Quadro 3.8 apresenta estimativas das necessidades de cereais para o biénio 2003/2004. Outro importante alimento em Angola é a mandioca, comida básica nas províncias do norte e cujo consumo têm aumentado na região central e nas províncias do sul.

Quadro 3.8 Disponibilidade de Alimentos em Angola, 2003/2004 (1.000 tons)

	Grãos (a)	Arroz (b)	Trigo (c)	Total d=a+b+c	Mandioca
Disponibilidade doméstica	642	54	0	696	5 699
Produção e 2003	642	19	0	661	5 699
Stocks de passagem	0	35	0	35	0
Consumo doméstico	869	156	380	1 405	5 699
Uso como alimento	741	154	380	1 275	4 000
Outros usos	128	2	0	130	1 699
Necessidades importação	227	102	380	709	-
Importações comerciais	20	90	380	490	-
Ajuda Alimentar	207	12	0	219	-

Fonte: FAO/WFP. Crop and Food Supply Assessment Mission to Angola. Special Report. 25 July 2003.

### 3.17 Infraestruturas Rurais e Serviços de Apoio

As infraestruturas rurais básicas sofreram danos consideráveis durante a guerra. Pontes e estradas foram seriamente danificadas ou destruídas e em muitas regiões as minas precisam

ser removidas antes que reparações de vulto possam ser levadas a cabo, uma tarefa que vai consumir muito tempo. Uma considerável parte da área produtiva do País continuará inacessível, impondo constrangimentos a produção rural nestas áreas. Por outro lado, muitas estradas funcionais na época da seca tornam-se intransitáveis durante o tempo chuvoso, muito embora a segurança, factor indispensável para movimentação de bens e pessoas tenha sido restabelecida.

Os conflitos enfraqueceram também os serviços de apoio prestados ao sector agrário. As Estações Experimentais precisam ser reparadas e os programas de investigação desenvolvidos. Os Serviços de Extensão Rural estão fracamente equipados com recursos humanos e/ou material, o que aumenta consideravelmente a solicitação dos serviços do Governo que agora estão a ser reactivados.

Angola possui um sector agroprocessador relativamente limitado a fábricas de produção e engarrafamento de bebidas, unidade de produção de óleo vegetal, moagens e pequenas unidades de processamento do tempo colonial, quando o agro-processamento era um sector importante. Muitas dessas unidades funcionam abaixo da sua capacidade e estão a necessitar de recuperação e modernização para se tornarem competitivas. Não obstante, os projectos de apoio ao sector agrario com recursos com Programa de Investimentos Públicos (PIP), come esta indicado no Documento de Trabalho No 18, a recuperacao do sector agrario necessitara um montante ainda muito maior, para financiar os projectos de curto e medio prazo sugeridos nesta revisao sectorial (matrix 4, capítulo 6).

### **3.18 Programa Consolidado do MINADER**

Apesar de seu reduzido orçamento (menos de 1% do Orçamento Geral do Estado) e as debilidades do sector público agrário, o MINADER tem planificado e presta apoio técnico para recuperação dos sub-sectores agrícola, pecuário, e florestal através de vários projectos em curso. No seu programa consolidado para 2003-2004 (Quadro 3.9), o MINADER destinou cerca de 21% dos seus recursos para o relançamento da produção de café, 16% para infra-estruturas, 14% para desenvolvimento pecuário, 12% para mecanização e 10% para insumos agrícolas.

A médio e longo prazos, esses programas poderão ser reorientados em conformidade com a estratégia da segurança alimentar, para permitir: (a) reabilitar sistemas de irrigação tradicional e desenvolver novos sistemas de gestão-comunitária; (b) desenvolver o transporte e infra-estruturas de comércio para melhorar as condições de mercados em todo o País; (c) reestruturar e fortalecer a investigação agrária e extensão rural (em cooperação com organizações não-governamentais e privadas) e orientá-las em direcção ao apoio aos agricultores familiares; (d) promover o desenvolvimento de organizações civis, particularmente aquelas baseadas na comunidade rurais, ONGs e instituições governamentais para assegurar o fornecimento adequado de serviços de apoio aos pequenos agricultores; e (e) preparar e implementar programas e projectos no contexto da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD).

Quadro 3.9 MINADER – Programa Consolidado, 2003-2004

Sub-Programas	Actividades	Valor US\$ 1,000	% do Total
Produção Agricola	Fomento ao Dendem	800,00	0,64
	Reactivação da Produção de Café	26.455,00	21,04
Produção Pecuaria	Assistencia Técnica Veterinaria	3.000,00	2,39
	Fomento a Tracção Animal	3.196,50	2,54
	Fomento de Pequenos Ruminantes	2.543,60	2,02
	Fomento a Suinocultura	640,00	0,51
	Fomento a Avicultura Tradicional	2.781,80	2,21
Floresta e Faunas	Promoção de Reflorestamento	1.000,0	0,80
	Fomento a Sivicultura	880,00	0,70
	Fomento a Apicultura	200,00	0,16
	Promoção da Deversificação	500,00	0,40
	Conservação de Solos	400,00	0,32
	Formação e Capacitação	370,00	0,29
	Parques Nacionais	350,00	0,28
Suporte a Produção	Insumos Agricolas	12.752,10	10,14
	Reabilitação de infra-estruturas	20.000,00	15,91
	Assistencia Técnica	9.934,00	7,90
	Mecanização Agricola	15.000,00	11,93
	Investigação Agronomica	6.500,00	5,17
	Investigação Veterinaria	17.862,90	14,21
	Formação e Capacitação	550,00	0,44
Total Geral		125.715,90	100,00

Fonte: MINADER. 2003.